



**PROCESSO Nº:** 7.982/2013 - C  
**APENSOS Nºs:** 010.001.592/2006 (volume único)  
**JURISDICIONADA:** Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF  
**ASSUNTO:** Tomada de Contas Especial  
**EMENTA:** TCE instaurada para apurar existência de irregularidades na concessão e no pagamento de indenização de transporte em razão da passagem para a inatividade de militar do CBMDF. Contas julgadas irregulares e inabilitação. Interposição de recurso. Corpo técnico pela admissibilidade. Voto convergente.

## RELATÓRIO

Tratam os autos de Tomada de Contas Especial, tendo como objeto a apuração de prejuízo e responsabilidades na concessão e pagamento de indenização de transporte, decorrente da passagem para a inatividade do militar Evaristo Leôncio da Silva.

Nesta assentada, aprecia-se a admissibilidade do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Evaristo Leôncio da Silva (fls. 63/76), por meio de seu representante legal, contra os termos da Decisão nº 3066/2014 e do seu respectivo Acórdão nº 383/2014 (fls. 58/59), *in verbis*:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos documentos às fls. 37/42; II – relativamente ao **militar Evaristo Leôncio da Silva**: a) com esteio no art. 13, § 3º, da Lei Complementar nº 1/1994, **considerá-lo revel para todos os efeitos**, por não ter atendido à citação ordenada no item II da Decisão nº 6.074/2013; b) na forma dos arts. 17, inciso III, alíneas “b” e “d”, e 20 da LC nº 1/1994, **julgar irregulares suas contas**, notificando-o, com fulcro no art. 26 da referida lei, para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher o débito que lhe fora imputado nos autos, no valor de R\$ 158.206,89, atualizado até maio de 2014, fl. 42, referente ao recebimento indevido de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte quando da sua passagem à inatividade; c) tendo em vista a gravidade dos fatos observados, **aplicar** ao citado militar **a pena de inabilitação, por um período de 5 (cinco) anos**, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, prevista no art. 60 da Lei Complementar nº 01/94; III – autorizar, desde já, caso não atendida a*



*notificação a que se refere a alínea “b” do item precedente, a adoção das providências descritas no art. 29 da mesma LC; IV – aprovar, expedir e mandar publicar o novo acórdão apresentado pelo Relator; V – autorizar o retorno dos autos à SECONT, para as providências pertinentes.” (negritei)*

O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 285/2014 – SECONT/GAB, procedeu à análise da admissibilidade do recurso, concluindo que este merece ser admitido, haja vista atender aos pressupostos da tempestividade e da legitimidade, além de indicar as razões que, ao modo de entender do recorrente, teriam o condão de levar a Corte a rever suas deliberações.

Por fim, sugere que o recurso interposto pelo senhor Jorge do Carmo Pimentel seja conhecido pelo Tribunal, bem como ser concedido o efeito suspensivo.

É o Relatório.

### **VOTO**

Tratam os autos de Tomada de Contas Especial, tendo como objeto a apuração de prejuízo e responsabilidades na concessão e pagamento de indenização de transporte, decorrente da passagem para a inatividade do militar Evaristo Leôncio da Silva.

Nesta assentada, aprecia-se a admissibilidade do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Evaristo Leôncio da Silva, por meio de seu representante legal, contra os termos da Decisão nº 3066/2014 e do seu respectivo Acórdão nº 383/2014.

O Corpo Técnico, concluiu que o recurso interposto preenche os requisitos de admissibilidade e sugeriu seu conhecimento pela Corte, conferindo efeito suspensivo aos termos da Decisão e Acórdão supracitados.

Em harmonia com o Corpo Técnico entendo que o recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Evaristo Leôncio da Silva atende aos requisitos



legais, nos termos art. 34 da Lei Complementar n.º 1, de 9/5/1994, c/c com o art. 189 do RI/TCDF e art. 1º da Resolução TCDF n.º 183/07.

Assim, em decorrência das informações e conclusões da instrução, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

- I. tome conhecimento do Recurso de Reconsideração de fls. 63/76, interposto pelo representante legal do Sr. Evaristo Leôncio da Silva, contra os termos da Decisão n.º 3066/2014 e do seu respectivo Acórdão n.º 383/2014 (fls. 58/59), conferindo-lhe efeito suspensivo, consoante estabelece o art. 34 da Lei Complementar n.º 1/1994, c/c com o art. 189 do RI/TCDF e art. 1º da Resolução TCDF n.º 183/2007;
- II. dê ciência dessa deliberação ao recorrente e ao seu representante legal, em face do disposto no art. 4º, § 2º, da Resolução TCDF n.º 183/2007, informando-lhes que o recurso ainda carece de apreciação de mérito;
- III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para análise de mérito da peça recursal.

Sala das Sessões, 25 de setembro de 2014.

**PAULO TADEU**  
**Conselheiro-Relator**